

havendo a tratar, foi encerrada a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assinada pelo Senhor Presidente e por Secretária.

PIO SOARES CANEDO

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA

Presidente - CNPP Secretária Executiva - CNPP

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 17ª. SESSÃO DE 1983, do CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. Aos vinte e cinco dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e três, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no nono andar do prédio número cinquenta da Avenida Nilo Peçanha, o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA (CADE), às quatorze horas, reuniu-se em sessão ordinária, presidida pelo Senhor Presidente, Dr. PAULO CEZAR PORTUGAL MINIZ, com a presença dos Senhores Conselheiros, Dr. WANOR PEREIRA DE OLIVEIRA, Dr. FÉRES NADER e Dr. JOÃO LOPES ESTEVES, bem como do Senhor Procurador-Geral, Dr. ELBRUZ MOREIRA DE CARVALHO. Aberta a sessão e verificada a existência de "quorum" regimental, foi lida a ata da sessão precedente, que posta em discussão mereceu aprovação unânime. Em seguida e de acordo com a pauta, o Senhor Presidente distribuiu, na forma regimental, ao Senhor Conselheiro Dr. WANOR PEREIRA DE OLIVEIRA, o Processo nº 20.114/83 e ao Senhor Conselheiro, Dr. JOÃO LOPES ESTEVES, o Processo número 20.122/83. Continuando com a pauta, o Senhor Presidente submeteu ao Plenário o Processo Administrativo nº 65 com o pedido de reajuste de honorários dos respectivos Peritos. Depois de várias considerações e por sugestão do Senhor Presidente, o Egrégio Plenário decidiu que antes de qualquer pronunciamento seu, deveria o próprio Senhor Conselheiro-Relator manter entendimentos com os Senhores Peritos, para que esses viessem conversar com o Senhor Presidente visando a um ajustamento das suas pretensões às disponibilidades de recursos do Órgão. A seguir foi apreciado o Processo Administrativo nº 45 com a mesma finalidade, havendo o Egrégio Plenário decidido da forma precedente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão. Para constar, eu Tânia Lucia de Yparraguirre do Carmo, Secretária do Conselho (Respondendo), lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada pelo Egrégio Plenário, é assinada pelo Senhor Presidente. PAULO CEZAR PORTUGAL MINIZ - Presidente.

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

* Processo nº: 0168-017444/82-55

Interessado: SIDERURGIA BRASILEIRA S.A.-SIDERBRÁS

Assunto: Operação de empréstimo externo no valor de US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, a ser celebrada entre a Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST e um consórcio de bancos liderados pelo Bank of Tokyo Ltd., para o financiamento de operações relacionadas com a construção de usina siderúrgica, com garantia da União Federal. Assunção de parte do débito, no montante de US\$ 550.000.000,00, pela Siderurgia Brasileira S.A.-SIDERBRÁS. Ratificação da garantia da União Federal.

Despacho: APROVO o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Com fundamento no Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, e alterações posteriores, amparado na delegação de competência do Decreto nº 83.856, de 15 de agosto de 1979, aprovo a operação e ratifico a garantia da União Federal concedida no contrato firmado pela Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST e um consórcio de bancos liderados pelo Bank of Tokyo Ltd.

Encaminhe-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências complementares.

Brasília, 24 de março de 1983

ERVANE GALVEAS

* Republicado por ter saído com erro do original no D.O. de: 28.03.83.
(Of. nº 61/83)

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA DO SRF Nº 027 DE 08 DE ABRIL DE 1983

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, EM EXERCÍCIO, tendo em vista o disposto na Portaria do Ministro da Fazenda nº 237, de 19 de outubro de 1981, RESOLVE:

I - Estabelecer que o prazo fixado na Instrução Normativa nº 024, de 29 de março de 1983, também se aplica para pagamento do imposto a que se refere a Resolução do Banco Central do Brasil nº 798, de 10 de fevereiro de 1983.

II - Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se, da mesma forma que a Instrução Normativa referida no item I, aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de março de 1983.

(Of. nº 402/83)

LUIZ ROMERO PATURY ACCIOLY

ATO DECLARATÓRIO SRF/Nº 003, DE 08 DE ABRIL DE 1983

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º do Decreto nº 84.853 de 01 de julho de 1980 e tendo em vista o que consta do processo nº 0467/000213/83,

DECLARA alfandegado o Terminal de Carga Aérea (TECA) do Aeroporto Presidente Castro Pinto na cidade de Santa Rita, estado da Paraíba.

(Of. nº 402/83)

Luiz Romero Patury Accioly

Coordenação do Sistema de Tributação

ATO DECLARATÓRIO (NORMATIVO) CST Nº 11, de 08 de Abril de 1983

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o item II da Instrução Normativa do Secretário da Receita Federal de nº 34, de 18 de setembro de 1974, e tendo em vista as conclusões do Parecer CST nº 774, de 8 de Abril de 1983.

DECLARA, em caráter normativo, às Superintendências Regionais da Receita Federal e demais interessados, que os rendimentos correspondentes à prestação de serviços pessoais a terceiros, por associados de cooperativas de trabalho, são rendimentos de trabalho autônomo e classificam-se na cédula D da declaração de rendimentos dos beneficiários, ainda quando pagos ou creditados por intermédio de sociedade cooperativa de que sejam associados, cabendo a esta efetuar a retenção na fonte, em conformidade com o artigo 528 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 85.450, de 04.12.80.

Este entendimento modifica a orientação constante do Ato Declaratório (Normativo) CST nº 12, de 15 de agosto de 1978 (D.O. de 25.08.78).

(Of. nº 155/83)

JIMIR S. DONIAX

Coordenação do Sistema de Fiscalização

NORMA DE EXECUÇÃO - CSF Nº 003 DE 02 DE FEVEREIRO DE 1983

O COORDENADOR DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO, considerando a conveniência de adoção de procedimentos auxiliares, no sentido de assegurar um eficaz controle da arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), pela SUNAMAM, RESOLVE:

I - Quando do registro das Declarações de Importação (DIs) será exigida pelas IRFs e DRFs com jurisdição sobre os portos, uma cópia legível e integral de cada conhecimento de embarque, que ficará à disposição da Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM.